

Parlamentares protestam contra voto de liderança

Deputados e senadores reclamam das decisões em plenário apenas com a participação dos líderes

BRASILIA — A maior parte da sessão de ontem do Congresso foi tomada por manifestações de protesto contra o chamado voto de lideranças. Parlamentares de vários partidos não se conformam em ver seus votos substituídos por acordos feitos pelos líderes de suas respectivas bancadas. "Tenho até vergonha de dizer, mas muitas vezes preciso assistir ao noticiário da televisão ou comprar o jornal no dia seguinte para saber o que votamos aqui", disse o deputado Adylson Motta (PDS-RS).

Foi ele quem iniciou a reação contra o voto de lideranças neste período de convocação extraordinária do Congresso pelo presidente Fernando Collor — de 7 a 31 de janeiro — para a votação de cinco medidas provisórias. Motta colheu mais de 60 assinaturas num requerimento que encaminhou à Mesa para que as medidas fossem votadas nominalmente, pelo sistema eletrônico do plenário.

Seu requerimento não foi acolhido. A Mesa entendeu que o pedido tinha de ser feito na hora de cada votação. Ele conseguiu, contra a posição dos líderes, votação nominal para as duas primeiras MPs — a do Lloyd e a do ITR. Obteve o apoio também do PDS e do PT. Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PTB-SP), o requerimento nem seria necessário. Ele lembra o artigo 47 da Constituição, que determina que "as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros." A Mesa do Congresso, segundo Cardoso Alves, desrespeita a Constituição ao tentar colher os votos apenas dos líderes e contando o número de deputados ou senadores que cada um representa.

"Os líderes devem tentar acordos em torno das matérias mais controvertidas, mas isso não os autoriza a votar em nosso lugar", advertiu Motta. Essa

forma de negociação, porém, é condenada pelo senador Cid Sabóia (PMDB-CE). "O colégio de líderes deixa sem função as comissões mistas designadas para o exame das matérias, e o relator acaba recebendo deles o parecer que tem de apresentar", queixa-se. Outra reclamação é de que, como esses entendimentos se processam até a última hora, quando o projeto chega ao plenário para ser votado ninguém, a não ser os líderes, sabe exatamente o que estará em votação.

MEDIDAS

Até agora foram votadas três MPs: a de número 288, na noite de quinta-feira, que previa a privatização do Lloyd Brasileiro, mas acabou sendo alterada pelo Congresso, que aprovou um empréstimo de Cr\$ 12 bilhões para tentar salvar a estatal. A Medida Provisória 289, que reformulava o Imposto Territorial Rural (ITR) e foi rejeitada pelos parlamentares, também na quinta-feira, e a 290, estabelecendo regras para a livre negociação de reajuste das mensalidades escolares, alterada por um projeto de conversão aprovado ontem por voto de lideranças. (Mais informações sobre a votação da 290 na página 13).

Restam a MP 291, que dispõe sobre a locação predial urbana, e a 292, que trata da política salarial. O procurador geral da República, Aristides Junqueira, conclui, na segunda-feira, seu parecer sobre a constitucionalidade da medida dos salários.

A MP está sendo colocada em dúvida pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, em ação direta impetrada no STF. Ele argumenta que a medida é inconstitucional porque reedita os termos da MP 273, transformada pelo Congresso em projeto de conversão que foi vetado pelo presidente Collor. "Enquanto o Congresso não analisar o veto, o presidente não pode reeditar nova medida, sob pena de usurpar o poder do Legislativo", afirma.



Reunião de líderes no Congresso Nacional: decisões em nome das bancadas provocam irritação de alguns parlamentares